



ESCOLA E DEMOCRACIA: POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES DAS RELAÇÕES ENTRE POLÍTICA E EDUCAÇÃO¹

Maria Carolina Magalhães Santos², José Pedro Boufleur³

¹ Texto desenvolvido a partir das reflexões nas disciplinas de Educação e Pensamento pós-metafísico e Paradigmas do Conhecimento do Programa de Pós-graduação em Educação nas Ciências da Unijuí.

² Doutoranda em Educação nas Ciências pela Unijuí. Bolsista PROSUC/Capes.

³ Doutor em Educação pela UFRGS. Orientador e professor do PPGEC da Unijuí.

RESUMO

O presente trabalho surge a partir da temática dos processos de escolarização e suas relações com a política. Tem por objetivo debater além destes citados, a organização e participação que um âmbito exerce sobre o outro. Baseado nas reflexões construídas ao longo das disciplinas de Paradigmas do Conhecimento e Educação e pensamento pós-metafísico do Programa de Pós-graduação em Educação nas Ciências, o texto surge com temática central no ODS 4 que disserta sobre a Educação de qualidade. A partir de uma metodologia qualitativa, crítico hermenêutica e de cunho bibliográfico, o trabalho discutirá as possibilidades e limitações da educação para a política. Desde a antiguidade os conceitos estão presentes no campo político governamental da sociedade. Ribeiro (2001) tematiza que para um república ser verdadeira, a mesma deve ser democrática. A educação por sua vez, é a responsável pela inserção do indivíduo na sociedade, fora de seu núcleo familiar, por isso vemos a escola como um lugar de socialização, Condorcet (2008), por sua vez considerava a educação responsável pela garantia das boas escolhas políticas. Contudo, há limitações. Segundo Arendt (1997) a Educação e a Política não são o mesmo espaço. A educação das crianças principalmente, ela não pode ter a política como espaço e preocupação, uma vez que, o mundo da política é o mundo e responsabilidade dos adultos. Sendo assim, propõe-se uma via diferente de ambos, a que Ribeiro (2018) sugere, de que a educação pode, tão somente, ser uma possibilidade de orientação para o republicanismo. Não há uma garantia de que cidadãos bem instruídos serão garantidores da boa política, uma vez que não cabe aqui a doutrinação, uma vez que, dentro dela, perde-se o espírito republicano, mas que também essa aposta deve ser feita, para que, haja uma possibilidade de desenvolvimento desta boa política.

Palavras-chave: Educação Republicana. Escola. Política.

ABSTRACT

The present study arises from the theme of schooling processes and their relations with politics. Its objective is to discuss, in addition to those mentioned, the organization and participation that one scope exerts over the other. Considered in the reflections built throughout the disciplines of Paradigms of Knowledge and Education and post-metaphysical thinking of the Graduate Program in Science Education, the text appears with a central theme in SDG 4 (ONU, 2016) which discusses the Education of quality. Based on a qualitative methodology, hermeneutic criticism and bibliography, the study will discuss the possibilities and limitations of education for politics. Since antiquity, concepts have been present in the governmental political field of

society. Ribeiro (2001) thematizes that for a republic to be true, it must be democratic. Education, in turn, is responsible for the insertion of the individual in society, outside his family, so we see the school nucleus as a place of socialization, Condorcet (2008), in turn, thought that education is responsible for guaranteeing good choices policies . However, there are restrictions. According to Arendt (1997) Education and Politics are not the same space. Children's education mainly cannot have politics as a space and concern, since the world of politics is the world and responsibility of adults. Therefore, a different path is proposed for both, which Ribeiro (2018) suggests, that education can only be a possibility of orientation for republicanism. There is no guarantee that well-educated citizens will be guarantors of good politics, since indoctrination is not appropriate here, since, within it, the republican spirit is lost, but this bet must also be made, so that, there is a possibility of developing this good politic.

Keywords: Republican Education. School. Politic.

INTRODUÇÃO

Muito se tem discutido acerca da temática da educação e da política nos últimos anos. Por vezes, este debate se pauta na educação apenas, ou na somente na política, contudo, alguns estudos vem debatendo os dois propósitos juntos, colocando suas expectativas, utopias, limitações e questões gerais.

O presente trabalho pretende discutir as possibilidades e limitações destas duas temáticas quando colocadas em conjunto, no contexto da Educação Republicana. Como base teórica, partiremos das ideias de Condorcet (2008) da educação republicana e os conceitos desenvolvidos sobre política e educação de Ribeiro (2001) e Arendt (1997).

O estudo justifica-se primeiramente na importância de pensarmos em uma escola de qualidade para todos, que seja, justa, igualitária e principalmente, de todos. É a escola que discutirá os conhecimentos produzidos pela tradição (Arendt, 1997), e que, poderá auxiliar os estudantes a desenvolverem a cidadania (Ribeiro, 2001). Contudo, este sistema haverá de ter limitações, que tentaremos exemplificar neste texto.

Em tempo, o trabalho está fundamentado com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável número 4 (ONU, 2016) que fala sobre a Educação de qualidade que venha a assegurar a promoção de oportunidade igualitária a todos. Espera-se que ao final deste texto, o leitor possa refletir acerca da temática da educação e política, percebendo as possibilidades e limitações do mesmo.



METODOLOGIA

O presente texto foi desenvolvido a partir de uma metodologia bibliográfica, partindo de uma análise crítico hermenêutica dos textos relacionados nas bibliografias do mesmo.

Partindo de uma pesquisa de cunho qualitativo, obtive como seu princípio as discussões desenvolvidas nas disciplinas de Educação e Pensamento Pós-metafísico e Paradigmas do Conhecimento do Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências vindo a ser complementares para o desenvolvimento de pesquisa acadêmica de doutoramento da autora deste.

As fontes de pesquisa utilizadas, sendo primárias e secundárias, artigos acadêmicos e livros desenvolvidos pelos autores citados na bibliografia.

SOBRE A REPÚBLICA DEMOCRÁTICA

República, o governo que surge na Roma Clássica, torna-se, segundo Ribeiro (2001), o primeiro governo da história ao qual, em seu nome está para quem se governa, não quem governará. Isso pois a palavra república vem do latim *res publica* (significando coisa pública). Essa forma de governar passará por modificações ao longo da história, chegando à contemporaneidade adaptada para os governos e organizações mundiais atuais.

O primeiro ponto a ser refletido nesse texto será a república. Não apenas seu conceito, mas sim, as garantias e o princípio da isonomia presente dentro de seu conceito.

A república é o governo das leis, aquele que é do *público* ao qual dela faz parte. Segundo Ribeiro (2013), deve sempre partir da democracia¹, caso contrário, estar-se-á discutindo acerca de regimes autoritários.

Contudo, a democracia apenas poderá existir caso exista a linguagem,

A concepção cada vez mais frequente da democracia atual assim se resume: não pode haver democracia sem linguagem. É preciso que os governantes tenham obtido o consentimento de seus subordinados, para um mandato temporário. Se a liberdade de expressão é essencial, isso significa que a legitimidade dos governantes se define por uma troca de e na linguagem. Os candidatos falam, e em função disso são votados. Os governantes falam, e assim prestam contas do poder que detêm. Os cidadãos falam, e por aí, contestam os governos, podendo até reconduzi-los quanto substituí-los. [...] Quando buscamos convencer, não queremos apenas vencer, mas também que reconheçam que temos razão. (RIBEIRO, 2017 p. 156-157)

¹ Ribeiro (2001, p. 77), explica que a “república funciona pela vontade e a democracia, pelo desejo”. Mesmo que as vertentes não se encontrem com facilidade, não pode haver um regime sem o outro.

Logo o regime republicano e democrático deve passar pelo universo e âmbito da linguagem, sem ela, não haverá um dos principais pontos da democracia, o debate e a pluralidade de ideias. Inclui-se aqui pensar que uma sociedade verdadeiramente republicana não terá problemas com a divergência de ideias, mas sim, ela deverá existir para que possam a partir dela desenvolver-se argumentos que sustentem àqueles que estiverem no poder temporariamente, uma vez que, nas diferentes significações, haverá a possibilidade de construção da sociedade.

Quando dizemos que a democracia é o regime da linguagem, aceitamos, portanto, que as pessoas dialoguem, discutam, deliberem, mas o que *mais* aceitamos é que ela *não* seja o regime da verdade. Pois renunciamos à pretensão de uma política que diga a verdade. A verdade se refere ao que é, foi ou será. Ora, não há política sem a dimensão do futuro, que sempre é o campo do inseguro. Não temos certeza do que virá. Podemos conhecer ou saber o que é, não o que não é. A política é o lugar da opinião, não da verdade – de crenças e valores, mais que de conhecimento. Evidentemente, os conhecimentos, e em especial a ciência, podem ajudar a política, mas o verbo é exatamente este: *ajudar*. O saber tem, na política, um papel subordinado. Pode servir de suporte, porém não basta para escolher. (RIBEIRO, 2017 p. 160).

A república, ainda, partirá do princípio da isonomia, onde todos os cidadãos são regidos pelas mesmas leis, que devem ser legítimas. Porém aqui voltamos ao ponto anterior, as leis devem reger os cidadãos e serão legítimas se por eles forem criadas, logo, deverão passar pelo âmbito da linguagem e da discussão moral da sociedade.

A grande questão é que o regime republicano e democrático partirá de uma “aposta”, não é garantido. Ribeiro (2001) inclusive assume a falta da garantia de um regime democrático, é necessário compreender que “(...) Não há democracia sem o direito do povo errar” (RIBEIRO, 2017 p. 162), o que torna o sistema eficaz é a certeza de que poder-se-á escolher novamente e realizar mudanças conforme a vontade do povo. A escolha se dará a partir daquele que possivelmente usar melhor da linguagem, fazendo a *persuasão*, no sentido de convencimento, para que seja considerado por uma maioria como melhor opção.

Esses pontos são essenciais ao entendimento da complexidade do sistema democrático. É necessário, e muito, segundo Ribeiro (2001) conservar o princípio da abnegação, de compreender que estar governante ou representante é diferente de ter o poder.

[...] Se a república cobre o caso em que os mesmos mandam e obedecem, o único regime em que *todos* mandam e obedecem é a democracia. O problema é que milênios de formação adestraram nossa espécie a opor o que é mandar ao que é obedecer. O autoritarismo nasce disso. Romper com ele exige uma ênfase nos *deveres* de quem *manda*. Se sou investido de um poder, nem por isso ele é minha propriedade – é o ofício, o serviço, que presto à sociedade” (RIBEIRO, 2001 p. 70)

Logo, a sociedade que entende, aceita e coopera para o desenvolvimento da república, conseqüentemente deveria ocupar-se no desenvolvimento da democracia da mesma forma. Com as duas aliadas o regime poderá ser legitimado. Quando se escolhe o seu representante de forma democrática pode-se perceber a participação e vontade da população, onde, parafraseando Ribeiro (2001), é o regime em que todos “mandam e obedecem”, pois o princípio da isonomia será levado em consideração. Todos poderão mandar e obedecer pois as leis e normas partirão daqueles que as executam ou respeitam, da mesma forma, terão o *poder* para modificá-las.

Essa, todavia, não é uma tarefa fácil. Existem problemas (morais e éticos) que envolvem todo o processo. Desde a arte da retórica, que busca o convencimento, até mesmo o desinteresse por estar ativo no governo ao qual o cidadão pertence.

No governo republicano e democrático, os cidadãos poderão escolher seus representantes ou mesmo terão a possibilidade de serem eleitos, eis aqui a legalidade de um governo de leis que podem ser modificadas pelos que vivem nele. Ribeiro (2017 p. 190) coloca a importância dos cidadãos serem engajados para estarem na vida pública. Ainda, o autor faz alusão de que não há garantia de que a República e a democracia serão sempre respeitadas, porém é o tipo “menos ruim” de governo a ser aplicado, justo por sua legalidade e organização respeitosa a maioria.

Todavia, como um cidadão estará pronto para viver em uma sociedade que exige tantas responsabilidades e comprometimento? Há resposta? Não, contudo, podemos realizar algumas apostas para a isso.

SOBRE A EDUCAÇÃO

A escolarização, sem dúvidas, é o primeiro lugar/ambiente ao qual a criança começa a interagir e viver em algo como a sociedade (onde os que estão a sua volta não são sua família, parentes e afins), portanto não vem do mesmo lugar de regras ou posicionamentos.

A educação é a responsável pelas primeiras relações do indivíduo com a sociedade que o cerca, com os valores e costumes de outras famílias, assim como é o lugar onde aprende a ver o mundo de uma forma mais ampla e organizada².

² O papel das Ciências Humanas dentro desse processo é visível, pois são as disciplinas que tratam sobre a trajetória da humanidade ao longo do tempo e espaço.



Ao analisar a perspectiva de a escola ser parte fundamental para a vida posterior e se colocar como responsável por parte desses ensinamentos, cabe aqui pensarmos na escola republicana.

Com base nas estruturas da República, a escola será, segundo Condorcet (2008 p.17) um dever da sociedade os cidadãos que estão nela convivendo, uma vez que todos os cidadãos devem gozar dos mesmos direitos, logo, deverão ter como parte desses tais direitos a educação (ou como o autor coloca, a instrução pública) fornecida pelo Estado.

A educação, ainda para Condorcet (2008 p. 20) tem a capacidade de reduzir a desigualdade social, um dos grandes problemas contemporâneos, que faz com que as pessoas se sintam mais ou menos assistidas pelo governo, pelo Estado, e automaticamente pela República.

Essa educação deve ser a libertadora, para que o estudante possa desenvolver seu pensamento e criticidade ao longo do desenvolvimento da sua caminhada escolar.

Aliás, a educação, se a considerarmos em toda a sua extensão, não se limita apenas à instrução positiva, ao ensino das verdades de fato e de cálculo, mas abarca todas as opiniões políticas, morais e religiosas. Ora, a liberdade dessas opiniões não seria senão ilusória se a sociedade se apropriasse das gerações nascentes para lhes ditar aquilo em que devem acreditar. Aquele que ao entrar na sociedade, carrega as opiniões que lhe foram dadas pela educação não é mais um homem livre; é escravo de seus mestres, e suas correntes são tanto mais difíceis de romper quanto elas se lhe tornaram insensíveis, de modo que crê obedecer à sua razão quando não se faz senão submetê-la à de um outro. Dir-se-á talvez que talvez que ele também não será livre se receber essas opiniões de sua família; contudo, neste caso, essas opiniões não serão as mesmas para todos os cidadãos; cada um perceberá logo que sua crença não é universal; será levado a desconfiar dela; essa crença não terá mais, a seus olhos, o caráter de uma verdade de consenso, e seu erro, se persistir, será somente um erro voluntário. (CONDORCET, 2008, p. 44-45).

Essa educação que chamamos de republicana é aquela que ajude e ensine o estudante a se tornar livre, compreendendo a função da democracia e dos Direitos Humanos presentes na sociedade.

A instrução pública e de cunho republicano, segundo Condorcet (2008), mostra-se necessária para preparar as gerações para aquilo que ainda virá, sendo assim, para que os problemas que ocorreram no passado, não venham a repetir-se, ou seja, a escola republicana vem dentro do intuito da própria república, ter sua instituição, mas ser pensada e refletida sempre para os que estejam usufruindo dela.

Mas a questão é, como educar para a república? Como educar para a cidadania? Uma vez que, como Bobbio (2003, p. 247) coloca “A diferença entre a arte da política e as outras é que aquela não se ensina, e não se ensina porque é patrimônio de todos.”. Não podemos

discriminar pessoas não instruídas ao acesso da política. Se o poder é de todos, todos devem ter acesso ao mesmo e de forma plena e legal.

Condorcet (2008 p. 18) aposta que “cada um seja suficientemente instruído para exercer por si mesmo, sem se submeter a razão de outros, aqueles direitos cujo gozo é garantido pela lei”. A convicção que Condorcet traz nesse excerto mostra-nos exatamente o ideal republicano da escola. Uma escola que busque, pelo acesso ao conhecimento, potencializar a criticidade, o que poderá (para o autor certamente acontecerá) auxiliará os alunos no desenvolvimento de requisitos da cidadania.

A escola que for republicana é, sem dúvidas, uma escola que buscará repassar os valores de igualdade, fraternidade, identidade e por conseguinte, de cidadania, pois afinal, não seria esse o objetivo das nossas escolas? Ensina-se para criar um futuro, com cidadãos preocupados e responsáveis consigo, com o ambiente e com os demais sujeitos ao seu redor. Logo, a escola republicana é o lugar para iniciar, refletir e pensar na coletividade, na república e na democracia.

Essa visão, contudo pode ser questionada, uma vez que, Condorcet era um Revolucionário Frances, encantado com o processo da Revolução e as conquistas do Terceiro Estado no momento em que escreve a obra. Contudo, como bem pontuado por autores contemporâneos, a educação para uma aposta em uma política melhor, possui exatamente esse propósito, ser uma *aposta*.

Ribeiro (2018) nos aponta este caminho mais plausível, ou seja, a instrução pública terá a capacidade de ajudar na política, contudo, não é garantia. A educação não é um ato de garantias, mas sim de apostas. No ato de ensinar, o professor repassa o conhecimento, a tradição para as novas gerações, contudo, não existe uma garantia de que o estudante irá realmente integrar esse conhecimento a sua vida.

Arendt (1997), coloca que os âmbitos de educação e política não podem ser confundidos. A autora é enfática ao colocar que

O papel desempenhado pela educação em todas as utopias políticas, a partir dos tempos antigos, mostra o quanto parece natural iniciar um novo mundo com aqueles que são por nascimento e por natureza novos. No que toca à política, isso implica obviamente um grave equívoco: ao invés de juntar-se aos seus iguais, assumindo o esforço de persuasão e correndo o risco do fracasso, há a intervenção ditatorial, baseada na absoluta superioridade do adulto, e a tentativa de produzir o novo como um *fait accompli*, isto é, como se o novo já existisse. (...) A educação não pode desempenhar papel nenhum na política, pois na política lidamos com aqueles que já estão educados. Quem quer que queira educar adultos na realidade pretende agir como guardião e impedi-los de atividade política. (ARENDR, 1997 p. 225)



Em suma, não há como misturar, contudo, isso não quer dizer que as duas dimensões não se implicam uma na outra. Afinal, são os afazeres e decisões políticas que traçam os caminhos da educação, assim como, a educação pode ser um caminho de formação para a cidadania e o entendimento da política.

Assim, Arendt (1997 p. 225) ainda coloca que “Como não se pode educar adultos, a palavra ‘educação’ soa mal em política”, contudo, conforme dito anteriormente, isso não representa que uma esfera não seja, de certo modo, próxima a outra, pois a educação é uma problemática política, ou seja, ensinar política não é a função da escola, mas a política e a educação são enlaçados.

Arendt (1997) deixa claro que, a educação é pensada e realizada para os pequenos, os que chegaram ao mundo, sendo de sua labuta o ensino da tradição, daquilo que já foi criado e pensado anteriormente. Complementando,

A cada trinta anos, desponta no mundo uma nova geração, pessoas que não sabem nada e agora devoram os resultados do saber humano acumulado durante milênios, de modo sumário e apressado, depois querem ser mais espertas do que todo o passado. (SCHOPENHAUER, 2005 p. 19)

Sendo assim, a educação é responsável por ensinar aquilo que já foi produzido, e, por consequência, a nova geração irá pensar, repensar e adaptar ou manter aquilo que lhe for interessante. Em suma, voltando a ideia de Arendt (1997) não pode-se doutrinar dentro da escola ou mesmo com adultos, pois isso tiraria das novas gerações a possibilidade de mudar e repensar o mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta escrita, a primeira coisa que podemos concluir é que o assunto está longe de ser esgotado em um único texto. A temática da educação e política é presente na sociedade, que muitas vezes virá a ser revisitada por diferentes autores.

Ao princípio do mesmo, objetivava-se discutir algumas possibilidades e limitações da escola, da educação dentro do âmbito político, deixando claro que, conforme citado anteriormente, não há uma finalização e sim, espera-se, uma abertura para um maior debate acerca da temática.

Torna-se demasiado simples simplesmente apontarmos os problemas no sistema educacional brasileiro, onde, por anos o Estado vinha investido menos no setor educativo

(principalmente no Ensino Superior), mas é sempre importante que, os problemas da educação, que não se resumem a isso, mas são mais profundos que isso.

Nos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas sempre vemos que o objetivo da escola é a formação para a vida e para a cidadania, contudo, existem limitações, que são as expostas no texto acima. Enquanto Condorcet (2008) acreditava que a escola, principalmente pública, poderia cumprir esse papel, hoje vemos com Ribeiro (2017) e Arendt (1997) que existem limitações, principalmente que a escola pode sim *ajudar* nessa construção, mas a escola não garante que isso seja possível.

Exemplos disso, são que nos últimos anos, mesmo uma elite letrada, que passou plenamente pelo sistema educacional de forma integral, com colocações contrárias e questionando a ciência, colocando crenças metafísicas acima dos estudos comprovados e, isso, aliado a uma tentativa de silenciar o conhecimento científico.

Ainda, conclui-se que este estudo tem relação com o ODS 4 da ONU, que busca em vistas da educação de qualidade, onde pensa-se em uma educação inclusiva para todos, sendo que, a Educação da qual nos referimos aqui, a republicana, é uma educação que busca a igualdade e equidade de todos.

Enfim, espera-se que este estudo breve possa acrescentar para o debate da temática assim como acrescentou em conhecimento e reflexão para os autores do mesmo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997, 351 páginas.

BOBBIO, Norberto, **O filósofo e a política: antologia**, Rio de Janeiro: Contraponto, 2003. In FENSTERSEIFEIR, Paulo E. e BOUFLEUER, José P. Educação e Pensamento pós-metafísico. Apostila. Ijuí: Unijuí, 2020, 89 páginas.

CONDORCET. Jean-Antoine N. C. **Cinco Memórias sobre a instrução pública**, Tradução de Maria das Graças de Souza. Rio de Janeiro: Unesp, 2008, 261 páginas.

RIBEIRO, Renato J. **A boa política: ensaios sobre a democracia na era da internet**, São Paulo: Companhia das Letras, 2017, 304 páginas.

_____. **A Democracia**, São Paulo: Publifolha, 2013, 61 páginas.

_____. **A pátria educadora em colapso: reflexões de um ex-ministro sobre a derrocada de Dilma Rousseff e o futuro da educação no Brasil.** São Paulo: Três Estrelas, 2018, 352 páginas.

_____. **A República,** São Paulo: Publifolha, 2001, 89 páginas.